

JORNAL DO BRASIL

Dívida cresce 33%

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA – O custo médio da dívida em títulos do governo federal subiu 33,5% entre agosto e setembro deste ano, por causa do aumento das taxas de juros. Em média, a dívida mobiliária total – que fechou em R\$ 275,443 bilhões em setembro – está custando R\$ 6,358 bilhões em juros mensais, segundo os custos do mês de setembro, contra R\$ 4,953 bilhões em agosto. Ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, informou que o Tesouro teve um déficit primário – ou seja, sem contar o pagamento dos juros – de R\$ 190,7 milhões em setembro.

O secretário disse, porém, que confia na obtenção do superávit primário de R\$ 5 bilhões do governo federal neste ano, excluindo o resultado das estatais, estados e municípios. Esse superávit considera, além das contas do Tesouro, as da Previdência Social e do Banco Central. Como a Previdência deverá gerar um déficit de R\$ 7,8 bilhões, o Tesouro terá que obter um resultado positivo superior a R\$ 12 bilhões para alcançar o superávit primário fixado em decreto. Até setembro, o saldo positivo do Tesouro foi de R\$ 9,5 bilhões.

Guimarães lembrou que, em dezembro, serão pagos apenas 30% do 13º salário e das férias para os servidores públicos. O restante, cerca de R\$ 2 bilhões, será pago em janeiro de 1999 por causa de uma mudança nos vencimentos dos salários feita este ano. “Ainda temos dividendos de estatais, principalmente da Eletrobrás, para receber e a transferência de R\$ 1,8 bilhão da conta-petróleo para o Tesouro”.

Apesar de registrar uma redução das despesas de R\$ 533,5 milhões em setembro, o Tesouro Nacional não conseguiu obter superávit no mês. Guimarães assinalou que as despesas com custeio e investimentos – cortadas recentemente – ainda não desceram do patamar de R\$ 3,6 bilhões ao mês porque os órgãos do governo estavam com saldos acumulados, que estão sendo gastos agora. A estimativa é de que estes saldos sejam de R\$ 2 bilhões. “Os órgãos preferiam gastar os recursos do Tesouro aos seus recursos próprios”, disse o secretário.

Em relação à dívida pública, em setembro, 63% dos títulos eram pós-fixados, com base na taxa Selic (média das taxas dos títulos públicos). Hoje, esta taxa está em cerca de 40% ao ano.